



Trilha

Estratégica

Trilha 14

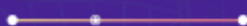


CNU - Concurso Nacional Unificado (Bloco Temático 7 - Gestão Governamental e Administração Pública) Trilha Estratégica - 2024 (Pós-Edital)

Professor: Leo Mandarino, Lucailo Almeida Elmiro

13.4

30



Estratégia
Concursos



TRILHA ESTRATÉGICA

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

BLOCO 7: GESTÃO GOVERNAMENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Olá! Seja bem-vindo à **Trilha Estratégica Pós-Edital** para o Bloco 7 – **Gestão Governamental e Administração Pública do Concurso Nacional Unificado (CNU)**. Chegamos à nossa décima quinta semana de estudos, sendo esta a nossa **Trilha 14**. É a nossa penúltima trilha. Aproveite ao máximo cada tarefa, de modo a completar o conteúdo teórico e revisar tudo o que vimos. A vitória está bem próxima!



Não deixem de participar de nosso canal no **Telegram**. O link está logo adiante. Se surgir alguma **dúvida**, ou se você detectar alguma **inconsistência** na trilha, ficaremos muito gratos se você nos avisar. O formulário para tal fim você também encontrará na próxima página.

Um abraço e bons estudos.

Contem comigo!

Lucailo Elmiro



[@proflucailoelmiro](https://www.instagram.com/proflucailoelmiro)



Comunidade de Alunos

Para que você possa receber dicas constantes e rápidas, nós temos a **Comunidade de Alunos CNU – Bloco 7 – Gestão Governamental e Administração Pública**.

Consiste em um canal no **Telegram** no qual você pode fazer a inscrição clicando no *link* logo abaixo:

Baixe o aplicativo no seu celular, cadastre-se no Telegram e, então, clique no link abaixo para se juntar à Comunidade de Alunos:



<http://estrategi.ac/r5hy9n>

Escolhemos o aplicativo do **Telegram** em virtude de diversos recursos que não temos no **Whatsapp**. Ela é a única plataforma que preserva a intimidade dos assinantes e que, além disso, possui recursos tecnológicos compatíveis com os objetivos da nossa *Comunidade de Alunos*.

Você pode usar o **Telegram** seguramente pelo aplicativo no seu celular ou direto pelo computador. Basta fazer o *download* do aplicativo no seu aparelho ou então acessar no computador através do *link* a seguir:

<https://web.telegram.org/z/>

Mas é importante fazer o cadastro no **Telegram** antes de clicar no *link* para se juntar à **Comunidade de Alunos**. Caso contrário, dará erro neste procedimento, ok?

Esperamos você lá no **Telegram**!

Dúvidas

Para que você possa enviar as suas dúvidas relativas à Trilha, criei o formulário abaixo:

<http://estrategi.ac/er0bbr>

Importante: as respostas serão enviadas através da nossa Comunidade do Telegram. Portanto, a sua participação é fundamental!

No que precisar, conte sempre comigo nesta trajetória!

Para as dúvidas relativas ao conteúdo das aulas, utilizem o fórum da própria aula.



Ferramenta Gerencial da Trilha Estratégica

Para facilitar a organização dos estudos, preparei uma planilha para controle das tarefas. Nela você encontrará o conteúdo de cada disciplina do curso e a lista de tarefas de cada trilha (a ser atualizada a cada nova trilha) com a indicação do conteúdo estudado.

Vocês também podem utilizar esta planilha para controlar o próprio estudo. Nesse caso vários controles são automatizados para o acompanhamento da evolução e aproveitamento. Para o registro das informações de estudo será necessária a cópia da planilha para o Google Drive do aluno.

Essa **planilha** está disponível por meio do seguinte link:

<http://estrategi.ac/pqkltz>

O nosso *manager* Arthur Fontes gentilmente disponibilizou um vídeo detalhando o uso da planilha no acompanhamento da execução da trilha:

<https://www.youtube.com/watch?v=EGWGNOW-z-8&t=1s>

TRILHA ESTRATÉGICA 14

Lembre-se sempre que a ideia é criar um arcabouço teórico que irá subsidiar toda a sua jornada de estudos. Além disso, tentaremos criar essa base da forma mais eficiente possível, trabalhando as matérias na sequência que acreditamos ser a mais saudável para o aluno.

Nesta semana, incrementaremos duas disciplinas ao nosso ciclo inicial, o qual ficará da seguinte forma:

- **Políticas Públicas (Eixo Temático 3)**
- **Administração Financeira e Orçamentária**
- **Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos**
- **Riscos, Inovação, Participação, Logística e Patrimônio**
- **Estatística;**
- **Comunicação, Gestão Documental e Transparência;**
- **Diversidade e Inclusão na Sociedade;**
- **Contabilidade Pública;**
- **Finanças Pública; e**
- **Discursivas.**

Como você pode perceber, estudaremos alternadamente uma disciplina do ciclo comum a todos os blocos e uma disciplina específica do nosso bloco de cargos.

O gráfico abaixo demonstra a nossa evolução nas matérias até aqui:



Disciplinas	Total de aulas	Aulas estudadas	Evolução	Exercícios Propostos
Políticas Públicas	8	8	100%	326
Ética e Integridade	14	12	86%	302
Administração Pública Federal	8	8	100%	269
Finanças Públicas	12	10	83%	435
Desafios do Estado de Direito	12	12	100%	517
Diversidade e Inclusão na Sociedade	9	8	89%	267
Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos	28	27	96%	997
Riscos, Inovação, Participação, Logística e Patrimônio	27	22	81%	644
Políticas Públicas (Eixo Temático 3)	11	4	36%	17
Estatística	7	7	100%	256
Administração Financeira e Orçamentária	10	10	100%	341
Compras na Administração Pública	4	4	100%	184
Contabilidade Pública	7	6	86%	168
Comunicação, Gestão Documental, Transparência e Proteção	31	22	71%	845
Discursivas	8	6	75%	0
TOTAL	196	166	85%	5568

Ciclo de Estudos

Com relação ao tempo, estimamos um **tempo médio de 1h30** para que o aluno execute cada tarefa desta Trilha. Cabe ressaltar que é apenas uma estimativa. O que o aluno deve fazer é prezar pela qualidade do estudo, nunca pela quantidade ou pela velocidade de assimilação.

Tenha pressa de ser aprovado, mas nunca tenha pressa ao estudar.

Se você não conseguiu concluir uma tarefa no tempo proposto, não tem problema. Conclua-a no seu tempo. A mesma premissa vale para a conclusão das metas semanais. Caso não consiga concluir todas as tarefas da Trilha dentro da semana, apenas inicie a próxima quando finalizar a atual. O importante é fazer uma leitura ativa dos dispositivos, tentando ao máximo internalizar aquele conhecimento. Se, ao contrário, você demandou menos tempo do que o estimado, aproveite o restante dele para resolver mais questões do que o sugerido pela Trilha.

Resumo da Trilha

Neste segundo ciclo, vamos estudar os seguintes assuntos:

Nº	DISCIPLINA	TAREFA
328	Diversidade e Inclusão na Sociedade	Revisão da aula 05 (PDF Simplificado).
329	Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos	Estudo da aula 23; e resolução de 15 questões do PDF.



330	Compras na Administração Pública	Revisão e Resolução de 30 questões da aula 04.
331	Diversidade e Inclusão na Sociedade	Estudo da aula 06 (PDF Simplificado).
332	Políticas Públicas (Eixo Temático 3)	Revisão da Aula 07; e Resolução de 5 exercícios do PDF.
333	Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos	Estudo da aula 24.
334	Comunicação, Gestão Documental, Transparência e Proteção de Dados	Estudo da aula 21. Toda a teoria e resolução das questões do PDF.
335	Contabilidade Pública	Revisão e Resolução de questões da aula 04.
336	Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos	Estudo da aula 25.
337	Políticas Públicas (Eixo Temático 3)	Estudo da teoria da Aula 08.
338	Compras na Administração Pública	Revisão geral da disciplina.
339	Ética e Integridade	Estudo da aula 13 – toda a teoria.
340	Diversidade e Inclusão na Sociedade	Revisão da aula 06 (PDF Simplificado).
341	Finanças Públicas	Estudo da aula 08 (PDF Simplificado).
342	Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos	Estudo da aula 27.
343	Contabilidade Pública	Estudo da aula 05.
344	Comunicação, Gestão Documental, Transparência e Proteção de Dados	Estudo da aula 22 (toda a teoria). Resolução das questões do PDF.
345	Finanças Públicas	Revisão da aula 08; e resolução de 22 questões no PDF.
346	Diversidade e Inclusão na Sociedade	Estudo da aula 07 (PDF Simplificado).
347	Ética e Integridade	Revisão da aula 13; e resolução de 13 questões no PDF.
348	Finanças Públicas	Estudo da aula 09 (toda a teoria).
349	Políticas Públicas (Eixo Temático 3)	Revisão da Aula 08; e Resolução de 12 exercícios do PDF.
350	Comunicação, Gestão Documental, Transparência e Proteção de Dados	Estudo da aula 23 (toda a teoria) – resolução de questões do PDF.
351	Diversidade e Inclusão na Sociedade	Revisão da aula 07 (PDF Simplificado).
352	Contabilidade Pública	Revisão e Resolução de questões da aula 05.
353	Ética e Integridade	Estudo do Bizu Estratégico de Ética e Integridade
354	Finanças Públicas	Revisão da aula 09; e resolução de 30 questões no PDF.



355	Comunicação, Gestão Documental, Transparência e Proteção de Dados	Estudo da aula 24 (toda a teoria).
356	Discursivas	Treino da aula 05

Trilhas de Disciplina

Disponibilizaremos individualmente, nesta seção, as Trilhas de cada uma das disciplinas trabalhadas por nós. O objetivo é que o aluno possa fazer ajustes no seu estudo a depender do nível em que ele está em determinada matéria.

Os arquivos disponíveis nos links abaixo contêm todas as tarefas de uma disciplina específica. Boa parte dessas tarefas estarão presentes na trilha, de acordo com a melhor estratégia de estudo para os alunos.

DISCIPLINA	TRILHA DA DISCIPLINA
Administração Pública Federal	http://estrategi.ac/tx9sao
Desafios do Estado de Direito	http://estrategi.ac/9dpn20
Diversidade e Inclusão na Sociedade	http://estrategi.ac/rwk2rf
Ética	http://estrategi.ac/pbse6p
Finanças Públicas	http://estrategi.ac/i5xv3t
Políticas Públicas	http://estrategi.ac/pe1985
Eixo Temático 1 – Gestão e Governança Pública: Estratégia, Pessoas	http://estrategi.ac/zk7bxr
Eixo Temático 2 – Gestão e Governança Pública: Riscos, Inovação	http://estrategi.ac/lrfsgt
Eixo Temático 3 – Noções de Estatística	http://estrategi.ac/4ld0vt
Eixo Temático 3 – Políticas Públicas	http://estrategi.ac/mon5k5
Eixo Temático 4 – Administração Financeira e Orçamentária	http://estrategi.ac/c5yphq
Eixo Temático 4 – Compras na Administração Pública	http://estrategi.ac/7kca6b
Eixo Temático 4 – Contabilidade Pública	http://estrategi.ac/yfv0z3



Eixo Temático 5 – Comunicação, Gestão Documental, Transparência	http://estrategi.ac/xfau6i
Discursiva	http://estrategi.ac/i5trgv

Resumos

Para facilitar o processo de revisão de nossos alunos, iremos disponibilizar alguns **resumos objetivos** das matérias componentes do nosso concurso. Esses resumos virão também com um **Caderno de Questões** para que possam praticar um pouco mais o tópico que está sendo estudado/revisado.

Qualquer dúvida, sugestão ou *feedback* **sobre os resumos**, fique à vontade para nos encaminhar através do Formulário abaixo:

<http://estrategi.ac/d96ivm>

Abaixo, colocamos os links das pastas em que iremos depositar esses arquivos. Nosso objetivo final [é ter um resumo para cada um dos assuntos que caem no nosso concurso.](#)



DISCIPLINA	RESUMO DA DISCIPLINA
AFO	http://estrategi.ac/hxk6dh
Direitos Humanos	http://estrategi.ac/qz1qh1
Direito Constitucional	http://estrategi.ac/y4vezt
Direito Administrativo	http://estrategi.ac/ceml7o
Administração Geral (em elaboração)	http://estrategi.ac/oojy5a

Esperamos que gostem! 🚀
Bons estudos e vamos firmes!!

Lucailo Elmiro



<https://t.me/professorlucailo>



[@proflucailoelmiro](https://www.instagram.com/proflucailoelmiro)



TAREFA 328

Diversidade e Inclusão na Sociedade #18

Revisão da aula 05 (PDF Simplificado).

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/275247/aulas/>

Leia novamente as marcações e anotações feitas durante o estudo do PDF. Aproveite para editá-las, caso entenda que elas estão extensas ou curtas demais.

Faça uma revisão dinâmica e focada com a leitura do tópico "Resumo". Aproveite para fazer a leitura dos principais pontos selecionados pelo professor.

Refaça as questões do tópico "Questões Comentadas" que você marcou, pois encontrou dificuldade em resolvê-las. Leia os comentários após resolver cada um dos exercícios.

Resolva as **questões de 01 a 06 do tópico "Lista de Questões"**. Caso entenda necessário, acompanhe a resolução das questões acompanhado com a leitura da aula e assim procure consolidar o seu estudo.



TAREFA 329

Eixo Temático 1: Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos #43

Estudo da aula 23; e resolução de 15 questões do PDF.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274931/aulas/>

Estudaremos ***Gestão de Programas de Saúde.***

De início relembre o que é o MAPA: *“Descrição geográfica da distribuição de recursos humanos e de ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada, considerando-se a capacidade instalada existente, os investimentos e o desempenho aferido a partir dos indicadores de saúde do sistema.”*

Muita atenção: O MS, o CONASS e o CONASEMS, em consonância com o Conselho Nacional de Saúde, definem as diretrizes gerais de elaboração do planejamento para todas as esferas de gestão, estabelecem as prioridades e os objetivos nacionais.

Em relação aos tipos de planejamento, leia com muita atenção os pontos sobre os 2 autores elencados pelo professor.

Veja que o Planejamento Estratégico Situacional surgiu exatamente para preencher as lacunas deixadas pelo planejamento normativo, contribuindo para suprir as necessidades, e desafiar as constantes mudanças, servindo de guia para as alterações nas ações gerenciais dos indivíduos no interior das organizações.

Quanto à Avaliação em Saúde e PNASS, decore que a avaliação é a geração de conhecimento e emissão de juízos de valor (bom, ruim, péssimo, satisfatório etc.) sobre várias situações, tais como políticas de saúde, ou seja, o objetivo final visa auxiliar na tomada de decisões.

Em relação aos Princípios Éticos e Profissionais, a atuação dos servidores em conformidade com os princípios e requisitos éticos proporciona credibilidade e autoridade à atividade desenvolvida. Leia com muita atenção cada um dos princípios.

Por fim, entenda que a AudSUS é um órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Saúde (antes denominada Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Denasus), responsável pela auditoria interna do SUS, mediante avaliação independente e objetiva das políticas públicas de saúde e a aplicação dos recursos federais executados no âmbito do SUS, tendo suas competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.358, de 1º de janeiro de 2023.

Resolva as ***questões 01 a 30 (pares) do PDF Original.*** Sugiro que você sempre as resolva pela lista com comentários, mas, antes de vê-lo, além de marcar o gabarito, fale para você mesmo a



justificativa pela sua resposta. Isso vai ajudá-lo a se apropriar do conteúdo. Depois leia os comentários do professor e grife o que julgar importante para futuras revisões.

Lembre-se também de marcar as questões que errar, ou as que suscitarem dúvidas, para voltar nas futuras revisões. Essa marcação será muito importante para melhoria do seu desempenho futuramente.

Revise o conteúdo estudado na **Aula 23**. Sugiro que você comece fazendo a leitura dos seus grifos. Se preferir, pode fazer a Revisão pelos **Mapas Mentais/ Resumo/ Marcação dos Aprovados**.



TAREFA 330

Compras na Administração Pública #8

Revisão e Resolução de 30 questões da aula 04.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274850/aulas/>

Revise de forma bem objetiva todo o assunto estudado, focando nos pontos que você julga importante para memorizar a matéria.

Essa revisão pode ser feita pelos seus **grifos**, pelo **PDF** Simplificado ou da maneira que julgar mais interessante.

Após revisar, hora de treinar!

Resolva as questões de **11** a **40** da aula 04.

Estude as explicações das questões que errar ou tiver quaisquer dúvidas, anotando seu número para refazê-las posteriormente.

Caso julgue necessário, faça grifos na teoria da aula e na legislação correspondente, com base nos comentários do professor.



TAREFA 331

Diversidade e Inclusão na Sociedade #19

Estudo da aula 06 (PDF Simplificado).

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/275247/aulas/>

Estude fazendo marcações e anotações sintéticas dos principais pontos estudados.

Resolva os exercícios propostos durante a aula. Leia os comentários, após resolver cada um dos exercícios.

Assimile os conceitos abaixo:

- O refúgio é concedido a pessoa que é perseguida ou tem fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e que não quer ou não pode voltar ao seu país de origem por este motivo. Trata-se de um instituto apolítico, que não depende do princípio da reciprocidade para ser aceito. Dessa forma, entende-se que o refúgio é um instituto convencional e de caráter universal.

- No asilo, o motivo que enseja a perseguição é político.

- Refugiado é a pessoa que é perseguida ou tem fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e encontra-se fora do país de sua nacionalidade ou residência e que não pode, ou não quer, voltar a tal país em virtude da perseguição ou fundado temor de perseguição.

Segundo o princípio da não devolução, o refugiado não pode ser entregue ao Estado perseguidor.

A proteção do refúgio pode cessar, caso:

- a pessoa recuperou a nacionalidade voluntariamente ou voltou a se valer da proteção do país de que é nacional;
- adquiriu nova nacionalidade e, conseqüentemente, a proteção do país cuja nacionalidade adquiriu;
- voltou a estabelecer-se, voluntariamente, no país que abandonou;
- deixaram de existir as circunstâncias em consequência das quais a pessoa foi reconhecida como refugiada.

As regras da convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados não serão aplicadas àqueles que cometerem crime contra a paz, um crime de guerra ou um crime contra a humanidade, que cometeram um crime grave de direito comum fora do país de refúgio antes de serem nele



admitidos como refugiados e que se tornaram culpados de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.

A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados prevê aos refugiados o mesmo tratamento dado aos nacionais quanto à liberdade de praticar sua religião.

O estatuto pessoal se refere a direitos ligados à capacidade, filiação, nome, pátrio poder, casamento, dissolução do matrimônio, união homoafetiva, morte, alimentos, adoção, entre outros temas.

No que diz respeito à aquisição de bens (móveis ou imóveis) é dever dos Estados concederem tratamento tão favorável quanto possível e não menos favorável do que é concedido aos estrangeiros em geral.

Os refugiados terão direito de criar associações sem fins políticos e sindicados.

Confere-se aos refugiados o direito de propor ações em juízo, assegurando-se o livre e fácil acesso aos tribunais, com o mesmo tratamento recebido por um nacional, incluindo-se aí a assistência judiciária e a isenção de custas.

São prerrogativas importantes são conferidas aos refugiados no âmbito das medidas administrativas:

- assistência administrativa para o exercício de direitos que normalmente exigem assistência estrangeira;
- receber do Estado documento de identidade, caso não o possua;
- documentos de viagem para que possam viajar para fora do território;
- liberdade para escolherem sua residência e circularem no território livremente.

O princípio da proibição do rechaço (princípio do non-refoulement). O refugiado não poderá ser expulso ou rechaçado por razões de raça, religião, nacionalidade, grupo social a que pertença ou opiniões políticas. Esse princípio, contudo, não poderá ser invocado nas hipóteses do art. 33 da Convenção.

NÃO É INVOCÁVEL O PRINCÍPIO DO NON-REFOULEMENT

- perigo à segurança do país
- for condenado definitivamente por um crime ou delito particularmente grave
- constitua ameaça para a comunidade do país no qual ele se encontre

Assimile que o Estatuto dos Refugiados define os mecanismos de implementação da Convenção.

NÃO SE BENEFICIARÃO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO



- às pessoas que já desfrutem de proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR;
- às pessoas que sejam residentes no território nacional e tenham direitos e obrigações relacionados com a condição de nacional brasileiro;
- às pessoas que tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas;
- às pessoas que sejam considerados culpados de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.

DOCUMENTOS QUE O REFUGIADO TERÁ DIREITO

- cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica
- carteira de trabalho
- documento de viagem.

Cessará a condição de refugiado quando o estrangeiro:

- voltar a valer-se da proteção do país de que é nacional;
- recuperar voluntariamente a nacionalidade outrora perdida;
- adquirir nova nacionalidade e gozar da proteção do país cuja nacionalidade adquiriu;
- estabelecer-se novamente, de maneira voluntária, no país que abandonou ou fora do qual permaneceu por medo de ser perseguido;
- não puder mais continuar a recusar a proteção do país de que é nacional por terem deixado de existir as circunstâncias em consequência das quais foi reconhecido como refugiado;
- sendo apátrida, estiver em condições de voltar ao país no qual tinha sua residência habitual, uma vez que tenham deixado de existir as circunstâncias em consequência das quais foi reconhecido como refugiado.

O asilo constitui um instituto político, não sujeito ao princípio da reciprocidade.

De acordo com a lei 13.445/2017, não são brasileiros os que não têm nacionalidade brasileira, seja porque contam apenas com nacionalidade de outro país ou porque não têm nacionalidade de qualquer país, que são os apátridas.

Assimile os princípios e diretrizes da política migratória brasileira.

Assimile o conceito dos documentos a seguir:

Visto é um documento emitido pelo governo brasileiro que concede ao titular expectativa de ingresso no território nacional. Brasileiros não dependem de visto para ingressar no país. Observe que o visto dá ao titular apenas a expectativa de ingresso, não direito de ingresso.

Assimile as situações em que há vedação à concessão de visto:



- I - a quem não preencher os requisitos para o tipo de visto pleiteado;
- II - a quem comprovadamente ocultar condição impeditiva de concessão de visto ou de ingresso no País; ou
- III - a menor de 18 (dezoito) anos desacompanhado ou sem autorização de viagem por escrito dos responsáveis legais ou de autoridade competente.

Decore os tipos de visto:

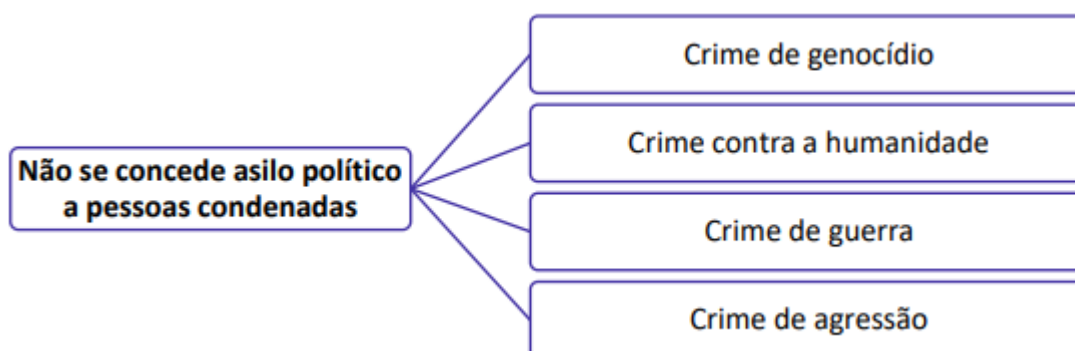
- I - de visita;
- II - temporário;
- III - diplomático;
- IV - oficial;
- V - de cortesia.

Reconhecida a situação de apátrida, o solicitante será consultado sobre o desejo de adquirir a nacionalidade brasileira.

Asilo político é um ato discricionário de Estado pelo qual se outorga proteção a estrangeiro que seja perseguido de maneira odiosa em seu país de origem por alguma situação pessoal, como convicção política, raça ou convicção religiosa. A finalidade é a proteção pessoal.

O asilo político pode ser diplomático ou territorial. Diplomático é o asilo concedido em país estrangeiro, garantindo-se proteção pessoal em entidade representativa do país concedente. Por exemplo, cidadão perseguido em país estrangeiro que é protegido na embaixada brasileira deste país. Asilo territorial é o asilo concedido no próprio território do país concedente.

Atenção ao gráfico abaixo:



A concessão de autorização de residência independe da situação migratória. Significa que, ainda que irregular a situação no país, é possível a obtenção da autorização, regularizando-se a situação de permanência.

A Polícia Federal é o órgão responsável pelo policiamento das fronteiras nacionais, seja marítima, aeroportuária ou fronteira terrestre. É dispensável a fiscalização da passagem pelo território nacional de passageiros, tripulantes e estafe de navios que estejam em passagem inocente.



Quando há retirada compulsória do Brasil, a pessoa é conduzida ao país de nacionalidade da pessoa, ao país de onde veio ao Brasil – país de procedência – ou a qualquer outro país que aceite receber a pessoa.

Especificamente nos casos de deportação ou expulsão, caso haja judicialização do procedimento, a Lei dá legitimidade ao chefe da unidade de Polícia Federal para agir perante o juízo federal, respeitados nesses processos a ampla defesa e o devido processo legal.

Decore os procedimentos de retirada compulsória:

Repatriação é o procedimento de retirada compulsória que se dá quando o viajante é impedido de adentrar no Brasil. Havendo impedimento, a repatriação é o procedimento pelo qual essa pessoa é retirada do país, sendo remetida ao seu país de procedência da viagem ou ao seu país de nacionalidade.

A deportação acontece quando se verifica alguma irregularidade na situação de pessoa que já esteja no país. Ao contrário da repatriação, na deportação a pessoa já está em território nacional, enquanto na repatriação a pessoa é impedida de ingresso no país. Durante o procedimento de deportação, a pessoa pode circular livremente no território nacional, mas isso depende de que o deportando mantenha atualizados seu domicílio e atividades. Eventual saída voluntária do País equivale ao cumprimento da notificação de deportação. Todos os procedimentos de deportação devem observar o contraditório e a ampla defesa, bem como há previsão da existência de recurso com efeito suspensivo.

A expulsão é procedimento de retirada compulsória do País decorrente de condenação criminal do expulsando, tendo em vista que a condenação indica a dificuldade de adequação à sociedade nacional. A expulsão, além de gerar a retirada do território nacional, implica na fixação de impedimento ao reingresso por prazo determinado. A expulsão depende de condenação com trânsito em julgado.

A naturalização pode ser:

- I - ordinária;
- II - extraordinária;
- III - especial; ou
- IV - provisória.

Não se concede extradição quando:

- I - o indivíduo cuja extradição é solicitada ao Brasil for brasileiro nato;
- II - o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente;
- III - o Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;



IV - a lei brasileira impuser ao crime pena de prisão inferior a 2 (dois) anos; V - o extraditando estiver respondendo a processo ou já houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato em que se fundar o pedido;

VI - a punibilidade estiver extinta pela prescrição, segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente;

VII - o fato constituir crime político ou de opinião;

VIII - o extraditando tiver de responder, no Estado requerente, perante tribunal ou juízo de exceção; ou

IX - o extraditando for beneficiário de refúgio, nos termos da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, ou de asilo territorial.

Resolver as **questões 01 a 20 do tópico “Questões Comentadas”**. Após resolver cada uma das questões, leia os comentários. Marque as questões que você encontrar dificuldade para refazê-las durante a tarefa de revisão.



TAREFA 332

Eixo Temático 3 - Políticas Públicas #04

Revisão da Aula 07; e Resolução de 5 exercícios do PDF.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274943/aulas/>

Nessa tarefa você deverá revisar o conteúdo teórico estudado anteriormente. A revisão deve ser realizada preferencialmente pelo **PDF Simplificado** ou pelo **resumo próprio**, caso haja. Também é indicado realizá-la pelo pdf de **Marcação dos Aprovados** ou pelos **próprios grifos já realizados na aula** quando do estudo inicial.

Após a revisão, a fim de reforçar o conteúdo, resolva **todas as questões** das listas presentes ao final do seu **PDF**, recorrendo ao comentário do professor naquelas que errar ou ficar em dúvidas.

Estude os comentários das questões que **errar** ou que **acertar sem convicção**. Se considerar necessário, **após** realizar as questões, retorne ao seu material e faça uma **revisão** dos assuntos em que encontrou **maiores dificuldades**.

Lembre-se: Revisões são **fundamentais** e **necessárias**, sobretudo nesse tema, que é muito abrangente e cheio de detalhes. Agora você irá rever todas as **suas anotações** e tudo aquilo que **grifou**.

Assim, tornar-se-á mais fácil identificar os pontos da matéria que precisam “estar no sangue” e, consequentemente, gabaritar as questões que aparecerem no concurso.

Vale ressaltar que na revisão você pode **grifar novamente algo que passou despercebido**, ou **retirar algo marcou desnecessariamente**. As revisões servem para **aprimorar o seu resumo**, de forma que sejam cada vez mais **rápidas** e **eficientes**!

Para isso procure um local silencioso e trabalhe seu poder de concentração.

Bons estudos!



TAREFA 333

Eixo Temático 1: Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos #44

Estudo da aula 24 (toda a teoria).

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274931/aulas/>

Estudaremos **sobre o Teletrabalho**.

De início, entenda que o teletrabalho representa uma modalidade laboral que se caracteriza pela execução de atividades profissionais fora das dependências do empregador, utilizando tecnologias de informação e comunicação.

Além disso, as tecnologias não se limitam à internet, abrangendo uma vasta gama de ferramentas digitais para a realização do trabalho.

Quanto à sua Evolução Histórica, a prática do teletrabalho não é um conceito moderno, mas sua popularidade e adoção cresceram exponencialmente com os avanços tecnológicos, especialmente no início do século XXI. Inclusive, a digitalização dos processos de trabalho e a maior acessibilidade à internet de alta velocidade facilitaram sua expansão.

Em seguida, entenda quais são os benefícios trazidos pelo Teletrabalho.

Lembre-se que o teletrabalho, embora venha com muitos benefícios, também traz desafios significativos para a saúde mental e física dos trabalhadores. Esses desafios incluem o isolamento, questões de ergonomia e a dificuldade em desligar -se do trabalho.

Revise o conteúdo estudado na **Aula 24**. Sugiro que você comece fazendo a leitura dos seus grifos. Se preferir, pode fazer a Revisão pelos **Mapas Mentais/ Resumo/ Marcação dos Aprovados**.



TAREFA 334

Comunicação, Gestão Documental e Transparência #34

Estudo da aula 21. Toda a teoria e resolução das questões do PDF.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274817/aulas/>

Vamos estudar a aula que trata sobre os **Conceitos do Jornalismo (Parte 2)**.

De início, memorize e compreenda as etapas da produção no jornalismo:



Estude com atenção as duas formas de classificação das fontes: o modelo dos círculos informacionais de Jacques Mouriquand e a classificação de Nilson Lage.

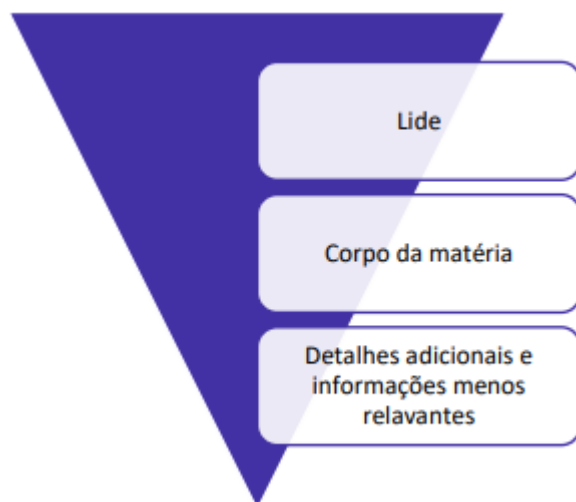
Faça uma leitura atenta da classificação de acordo com o objetivo da entrevista e da classificação de acordo com a circunstância de realização da entrevista.

Compreenda que a notícia deve responder no seu parágrafo inicial a seis perguntas principais, que compõem o lide clássico da notícia:

- O que?
- Quem?
- Como?
- Quando?
- Onde?
- Por que?

Entenda que a pirâmide invertida trata-se de uma estrutura segundo a qual as informações indispensáveis para a compreensão da notícia serão apresentadas de forma decrescente no texto, de acordo com o nível de importância. Dessa maneira, o jornalista deverá seguir a seguinte ordem ao escrever o conteúdo: lide, corpo da matéria e detalhes adicionais:





Faça uma leitura atenta dos princípios e das recomendações para a redação jornalística.

Faça uma leitura atenta dos elementos de um texto jornalístico.

Por fim, leve para a prova que as editorias são agrupamentos dos assuntos mais comuns abordados no produto jornalístico. A separação do trabalho jornalístico em editorias facilita tanto a produção pela equipe do veículo quanto a leitura do receptor, que consegue encontrar com maior facilidade a parte do jornal a respeito da qual tem maior interesse. São exemplos de editorias os cadernos de cidades, internacional, esportes, ciência e tecnologia, etc. Eles são bem comuns e fáceis de identificar em jornais e revistas impressas, mas também podem estar presentes a partir de seções especializadas em portais jornalísticos digitais, por exemplo.

Uma vantagem evidente da divisão das editorias, além das citadas anteriormente, é a segmentação dos públicos do jornal de forma eficaz.



TAREFA 335

Contabilidade Pública #10

Revisão e Resolução de questões da aula 04.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274932/aulas/>

Revise de forma bem objetiva todo o assunto estudado, focando nos pontos que você julga importante para memorizar a matéria.

Essa revisão pode ser feita pelo resumo da aula, pelos seus **grifos**, pelo **PDF Grifado** ou da maneira que julgar mais interessante.

Após revisar, hora de treinar!

Resolva **todas** as questões da aula (CESGRANRIO e Multibancas).

Estude as explicações das questões que errar ou tiver quaisquer dúvidas, anotando seu número para refazê-las posteriormente.

Caso julgue necessário, faça grifos na teoria da aula e na legislação correspondente, com base nos comentários do professor.



TAREFA 336

Eixo Temático 1: Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos #45

Estudo da aula 25 (toda a teoria).

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274931/aulas/>

Estudaremos ***sobre as Metodologias ágeis.***

De início, verifique que as metodologias ágeis em Recursos Humanos (RH) aplicam os princípios e práticas da agilidade, originalmente desenvolvidos para o desenvolvimento de software, ao gerenciamento de pessoas e processos de RH.

Em seguida, entenda que o Manifesto Ágil destaca os seis valores fundamentais que orientam a abordagem ágil na gestão ágil de Recursos Humanos. Leia com muita atenção cada um desses valores para entender melhor o que eles significam.

Quanto aos Princípios Ágeis de Recursos Humanos, veja que eles se alinham à abordagem humanizada e ágil de gestão e desenvolvimento organizacional. Leia com muita atenção cada um deles elencados pelo professor.

No tópico quanto às diferenças entre um RH Tradicional e um RH Ágil, entenda que o conceito de Recursos Humanos (RH) Ágil é uma resposta às mudanças rápidas e às demandas crescentes por flexibilidade e inovação nas organizações.

Enquanto o RH Tradicional se concentra em estruturas e processos estabelecidos, o RH Ágil adota uma abordagem mais flexível, dinâmica e centrada no indivíduo. Entenda as diferenças existentes entre essas duas abordagens.

Revise o conteúdo estudado na ***Aula 25***. Sugiro que você comece fazendo a leitura dos seus grifos. Se preferir, pode fazer a Revisão pelos ***Mapas Mentais/ Resumo/ Marcação dos Aprovados***.



TAREFA 337

Eixo Temático 3 - Políticas Públicas #05

Estudo da teoria da Aula 08.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274943/aulas/>

Daremos continuidade ao estudo da disciplina específica de **Políticas Públicas** para o seu bloco.

Na tarefa de hoje estudaremos toda a parte teórica da referida aula pelo PDF Completo. A ideia é que você realize a leitura dela por completo, mas dando ênfase nos pontos que vamos indicar nesta tarefa. Se é o seu primeiro contato com a disciplina, aproveite para **realizar grifos** e/ou **confeccionar um bom resumo** para **futuras revisões**.

A recomendação é que você resolva os exercícios que surgirem ao longo da teoria. Na **próxima tarefa** revisaremos e resolveremos os exercícios propostos ao final do PDF.

Abaixo, deixamos as **principais dicas** que devem ser memorizadas sobre o assunto:

Saiba que os **modelos de análise de políticas públicas** são ferramentas teóricas usadas para entender, explicar e prever como as políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas. Eles fornecem estruturas para analisar os processos políticos e administrativos envolvidos nas políticas públicas.

Você deve memorizar as principais características de cada um dos 9 modelos apresentados em aula:

1) MODELO RACIONAL COMPREENSIVO:

Pressuposto - existem informações completas ao dispor dos agentes públicos e seria possível uma decisão que tomasse em questão todas as alternativas possíveis com base em uma racionalidade. O objetivo é identificar a melhor solução, maximizando a eficácia e eficiência ao alcançar os objetivos desejados. Assim, baseia-se na ideia de que a formulação de políticas é um processo lógico e ordenada, onde objetivos claros são definidos, todas as opções possíveis são consideradas, e a melhor solução é escolhida com base em critérios racionais. É uma abordagem que combina a ideia de que indivíduos tomam decisões de forma racional buscando maximizar seus benefícios, com a compreensão de que instituições (como leis, normas sociais e estruturas políticas) moldam e limitam essas escolhas.

2) TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL INSTITUCIONAL:

É uma abordagem que combina a ideia de que indivíduos tomam decisões de forma racional, buscando maximizar seus benefícios, com a compreensão de que instituições (como leis, normas sociais e estruturas políticas) moldam e limitam essas escolhas. Ela sugere que, ao entender as regras do jogo institucional, podemos prever como as pessoas agirão em diferentes contextos.



A abordagem da escolha racional institucional combina elementos da teoria da escolha racional com a análise institucional. Ela reconhece que, embora os atores (indivíduos, organizações) busquem agir de forma racional para maximizar seus próprios interesses, suas decisões são significativamente moldadas pelas instituições em que operam.

3) INCREMENTALISMO:

Nos ensina que mudanças significativas no status quo são, na maioria das vezes, difíceis de serem implementadas. Se distingue da abordagem racional-compreensiva por sugerir que as mudanças em políticas públicas geralmente ocorrem através de ajustes menores em políticas já existentes, e não por meio de reformas amplas e inovadoras. Esta ideia do incrementalismo é muito forte na máquina governamental, mas não explica todas as situações, como as vividas em momentos de crise

4) MODELO MIXED-SCANNING OU SONDAGEM MISTA:

Este modelo sugere a combinação das abordagens racional e incremental para abranger tanto decisões de amplo alcance quanto ajustes mais detalhados e cotidianos. Etzioni afirmou que existem dois tipos de decisões: as fundamentais (que devem ser analisadas tendo uma visão mais "macro" e que são estratégicas e estruturantes) e as incrementais (que são derivadas das decisões fundamentais e que devem ser mais detalhadas). Desta forma, uma revisão maior do contexto deve ser feita quando as decisões sejam mais abrangentes, mais estratégicas. Ao mesmo tempo, decisões baseadas no modelo incremental devem ser utilizadas quando os temas sejam ordinários, do dia a dia.

5) TEORIA DOS FLUXOS MÚLTIPLOS:

O modelo tenta explicar por que alguns temas entram e outros não entram na agenda governamental. Este modelo parte do princípio de que os governos são permeados por três fluxos, que devem convergir para que um problema entre na agenda governamental:

Fluxo dos problemas;

Fluxo da política;

Fluxo das soluções alternativas.

6) MODELO LATA DE LIXO:

A formulação de alternativas não parte de um ente monolítico, mas sim de diversos atores a comunidade de políticas) com pouca coerência entre si e que nem sempre desenvolvem propostas tendo um problema específico em mente. Desta forma, diversos atores vão desenvolvendo "soluções" e estas ficariam guardadas uma "lata do lixo" esperando ser escolhidas para resolver um problema em especial. O modelo sugere que a formulação de políticas é muitas vezes não linear e desorganizada, com soluções buscando problemas para resolver, ao invés do tradicional problema buscando soluções.

7) TEORIA DO EQUILÍBRIO PONTUADO:

Busca explicar uma situação recorrente nas políticas públicas: apesar das políticas serem, geralmente, marcadas por uma estabilidade, ocasionalmente ocorrem grandes "rupturas". Essa



teoria é uma crítica aos modelos incrementais de análise de políticas públicas. Outra contribuição dessa teoria ao estudo das políticas públicas foi o conceito de "subsistema de política pública". Esse conceito está baseado na ideia de que os rumos dos processos de políticas públicas são definidos no interior de "comunidades" habitadas por atores dotados de um nível de especialização no tema ou, pelo menos, algum conhecimento setorial.

8) COALIZÕES DE DEFESA

De acordo com essa teoria, os atores se reúnem nestas coalizões de defesa para defender determinadas crenças e ideias dentro de um determinado tema ou política pública. O modelo agrega os diversos atores que buscam influenciar as políticas em grupos ou coalizões que, a partir de crenças e ideias compartilhadas, buscam defender posições dentro dos subsistemas de políticas públicas através de ações coordenadas. Ponto importante na teoria: a noção de que os agentes que estão dentro e fora do estado estão em contato e que podem agir em conjunto na busca dos seus interesses. Os atores buscam aliados (dentro ou fora do governo) para agir de modo coordenado tentando influenciar nos processos que moldam as políticas públicas, formando assim redes que ultrapassam as fronteiras entre estado e a sociedade.

9) TEORIA DE REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

É uma abordagem analítica que examina como diferentes atores, tanto do setor público quanto do setor privado, interagem dentro de uma rede para influenciar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Reconhece que a tomada de decisão em políticas públicas não é centralizada, mas distribuída entre uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em um determinado assunto ou área política.

Na **próxima tarefa** revisaremos e resolveremos os exercícios propostos ao final do PDF.



TAREFA 338

Compras na Administração Pública #9

Revisão geral da disciplina.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274760/aulas/2632506>

Nesta tarefa você deverá realizar uma revisão geral dos assuntos estudados no curso.

De início, utilize o **bizu estratégico** para rever os assuntos mais exigidos.

Posteriormente, resolva os **cadernos de questões** indicados por ele também.

Por fim, refaça todas aquelas que errou nas últimas revisões das aulas com muita atenção aos comentários do professor.



TAREFA 339

Ética e Integridade #25

Estudo da aula 13 – toda a teoria.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274729/aulas>

Você estudará agora os tópicos sobre **Gestão de riscos e medidas mitigatórias na Administração Pública**.

De plano, entenda que a gestão dos riscos de um projeto é parte fundamental do trabalho de um gestor. E o que afinal podemos chamar de riscos? Um risco é um aspecto futuro que apresenta algum grau de incerteza e que pode afetar positiva ou negativamente a organização.

Lembre-se

- Um risco pode ser positivo ou negativo

De acordo com a norma ISO 31000/2018:

- ✓ Gerenciar riscos é iterativo e auxilia as organizações no estabelecimento de estratégias, no alcance de objetivos e na tomada de decisões fundamentais;
- ✓ Gerenciar riscos é parte da governança e liderança, e é fundamental para a maneira como a organização é gerenciada em todos os níveis. Isso contribui para a melhoria dos sistemas de gestão;
- ✓ Gerenciar riscos é parte de todas as atividades associadas com uma organização e inclui interação com as partes interessadas;
- ✓ Gerenciar riscos considera os contextos externo e interno da organização, incluindo o comportamento humano e os fatores culturais.

Muita atenção! A norma ABNT NBR ISO 31000 estabelece alguns princípios para tornar eficaz a gestão de riscos. Além disso, ela recomenda que as organizações desenvolvam, implementem e

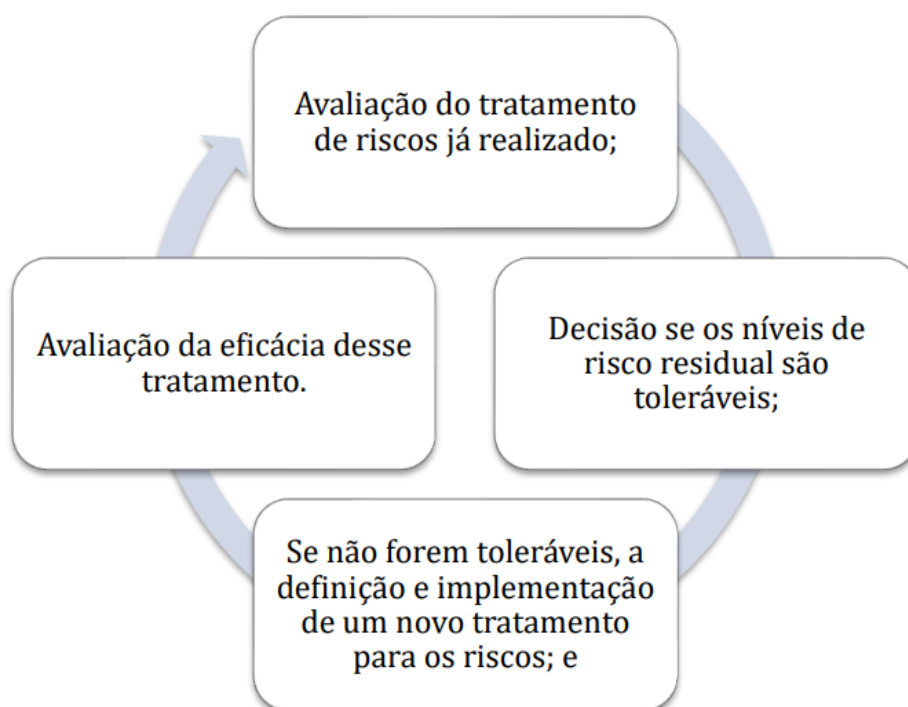


melhorem continuamente uma estrutura cuja finalidade é integrar o processo para gerenciar riscos na governança, estratégia e planejamento, gestão, processos de reportar dados e resultados, políticas, valores e cultura em toda a organização.

Quanto à estrutura, ela garante que a informação sobre riscos proveniente desse processo seja reportada e utilizada como base para a tomada de decisões e a responsabilização em todos os níveis organizacionais aplicáveis.

Decore: $\text{Risco} = \text{Probabilidade} \times \text{Impacto}$

Em relação ao tratamento de riscos, ele envolve a seleção de uma ou mais opções para modificar os riscos e a implementação dessas opções. Uma vez implementado, o tratamento fornece novos controles ou modifica os existentes.



O risco inerente é o risco normal do negócio ou da atividade. Depois de termos identificado e tratado o risco, ele poderá ser reduzido. O risco que “sobrar” depois desse tratamento é o que se chama de “risco residual”.



TAREFA 340

Diversidade e Inclusão na Sociedade #20

Revisão da aula 06 (PDF Simplificado).

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/275247/aulas/>

Leia novamente as marcações e anotações feitas durante o estudo do PDF. Aproveite para editá-las, caso entenda que elas estão extensas ou curtas demais.

Leia o tópico “Legislação Destacada” fazendo marcações e anotações sintéticas dos principais pontos estudados e assim crie uma ferramenta de revisão.

Faça uma revisão dinâmica e focada com a leitura do tópico “Resumo”. Aproveite para fazer a leitura dos principais pontos selecionados pelo professor.

Refaça as questões do tópico “Questões Comentadas” que você marcou, pois encontrou dificuldade em resolvê-las. Leia os comentários após resolver cada um dos exercícios.

Resolva as **questões de 21 a 28 do tópico “Questões Comentadas”**. Após resolver cada uma das questões, leia os comentários.



TAREFA 341

Finanças Públicas #25

Estudo da aula 08 (PDF Simplificado).

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274731/aulas/>

A partir de agora, daremos início ao estudo das tarefas relativas à nossa última aula sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com o tema "**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – DÍVIDA PÚBLICA E ENDIVIDAMENTO**". Essa aula representa **3,24%** dos assuntos exigidos em provas anteriores.

O primeiro tópico da aula trata do "Crédito Público". De início, entenda o conceito e as classificações existentes.

Importante saber que a competência para verificar o cumprimento dos limites e condições para realizar operações de crédito de cada ente da federação é do Ministério da Fazenda!

Saiba as garantias oferecidas pelo poder público e as formas de extinção.

Apesar de, provavelmente, já ter tido contato com Empréstimos Compulsórios na disciplina de Direito Tributário, é interessante revisar o conceito.

Em seguida temos o tópico "Dívida Pública". De início, não confunda dívida ativa com dívida pública.

Leia e entenda a diferença entre dívida flutuante e dívida fundada e saiba o que compõe cada uma delas. É interessante destacar em seu material o quadro esquematizado que as diferencia e cita seus componentes.

É importante observar que a LRF criou regras mais rígidas para o endividamento público e redefiniu os conceitos da Lei 4.320/1964 e do Decreto 93.872/1986, apontados acima. Os quadros esquematizados sobre o art. 29 da LRF são muito importantes e as definições de dívida consolidada ou fundada, dívida pública mobiliária (especificação da dívida consolidada geral), operações de crédito, concessão de garantia e refinanciamento da dívida mobiliária neles existentes precisam ser decoradas, pois são alvos frequentes de questões de concurso.

Quanto às competências, é importante saber quais foram atribuídas ao Congresso Nacional e quais foram ao Senado Federal. Frequentemente as bancas tentam confundir o candidato misturando tais competências. Não é tão simples decorá-las no primeiro contato, mas com revisões e exercícios isso será possível. Apontarei algumas que considero indispensáveis logo de início.



Decore que cabe ao Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República, dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

Decore que cabe ao Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República, dispor sobre o montante da dívida mobiliária federal, diferentemente do estabelecimento dos limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, que compete privativamente ao Senado Federal. Além disso, também compete privativamente ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Decore que é da competência exclusiva do Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

Sobre limites de endividamento, de início saiba que serão fixados em percentual da receita corrente líquida e que para verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre (exceção: municípios com população inferior a 50 mil habitantes).

Muita atenção ao quadro esquematizado que trata do prazo para o Presidente da República submeter ao Senado e ao Congresso Nacional o que cabe a cada um. Destaque-o em seu material.

Estude e decore os limites dos entes em relação à receita corrente líquida.

Saiba quais são as sanções a que ficará sujeito o ente enquanto perdurar o excesso em relação ao limite. Atenção especial ao impedimento de receber transferências voluntárias oriundas da União ou Estado, após vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso. Isso é bastante cobrado em provas.

Leia as exceções aos prazos para recondução da dívida aos limites ainda não vistos (suspensão, duplicação e ampliação).

Daremos continuidade ao estudo da aula com o tópico “Operações de Crédito”.

Logo de início é apresentada uma informação relevante. Decore que o Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e das condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação.

Leia e entenda os critérios para a apuração das operações de crédito e das despesas de capital para efeito da regra de ouro.

Tenha atenção ao fato de que os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.



As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) são muito importantes para fins de provas. Elas são destinadas a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. Tenha muita atenção ao quadro "DESPENCA EM PROVA" para decorar as exigências oriundas da LRF para esse tipo de operação de crédito.

Interessante relembrar que operações de crédito por ARO compõem a dívida flutuante e que não serão computadas para efeito do que dispõe a regra de ouro, desde que liquidadas com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro de cada ano.

Tenha atenção às informações em negrito, sobre as operações de crédito por ARO realizadas por Estados e Municípios.

O próximo tópico da aula trata sobre "Vedações". Tenha atenção ao quadro dos arts. 34 e 36, principalmente à informação que diz ser proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo. Isso é frequente em provas.

Sobre a vedação a realização de operações de crédito entre entes da Federação, sob qualquer forma, é interessante que estude pelo quadro esquematizado, pois o esquema que o professor oferece torna mais simples de entender as exceções que podem gerar confusão devido aos tantos "nãos".

O último tópico desta tarefa trata sobre o "Banco Central do Brasil". Estude todas as vedações que ele tem nas suas relações com o ente da Federação através do quadro esquematizado.

Saiba que é o Tribunal de Contas da União que acompanhará o cumprimento da vedação imposta ao Tesouro Nacional de adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, salvo para reduzir a dívida mobiliária.

Sobre as considerações finais sobre BACEN, saiba que o resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais. Já o resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.

Dando continuidade, abordaremos o tópico "Garantia e Contragarantia", sendo que aquela é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada que é condicionada a esta, cujo valor é igual ou superior ao da garantia a ser concedida.

Leia e destaque os quadros esquematizados sobre o art. 40 da LRF, e dê atenção especial às exceções quanto à vedação às entidades da Administração indireta de conceder garantia destacada ao fim do quadro. Além disso, saiba sobre a possibilidade de a União e os Estados



poderão condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento do pagamento da garantia.

Quanto ao tópico “Restos a Pagar na LRF”, estude e decore o art. 42 da LRF reproduzido no material e destaque em seu caderno o quadro sobre esta vedação imposta pela LRF, pois é muito cobrada em provas.

Saiba que os restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro (31 de dezembro). Eles são uma das modalidades de dívida pública flutuante e se dividem em processados (empenhadas, liquidadas e não pagas) e não processados (empenhadas, não liquidadas e não pagas).

O último tópico da aula trata sobre “Disposições Finais e Transitórias”. Alguns assuntos já foram vistos em aulas anteriores e serão importantes para revisarmos.

De início, saiba que lei estadual ou municipal poderá fixar limites inferiores àqueles previstos na LRF, e que isso vale apenas para: dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

Tenha atenção aos requisitos cumulativos para que os Municípios possam contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação.

Utilizando o quadro esquematizado, estude as flexibilidades de que dispõem os municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

Atenção ao fato de que a assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios prestada pela União para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária não é exclusiva para os municípios com menos de 50 mil habitantes.

Em seguida, revise, através do quadro esquematizado, as suspensões e dispensas ocasionadas pelas situações de calamidade pública, de estado de defesa ou de sítio.

Revise também as flexibilidades adotadas em casos de crescimento real baixo ou negativo.

Decore que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas na LRF.



TAREFA 342

Eixo Temático 1: Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos #46

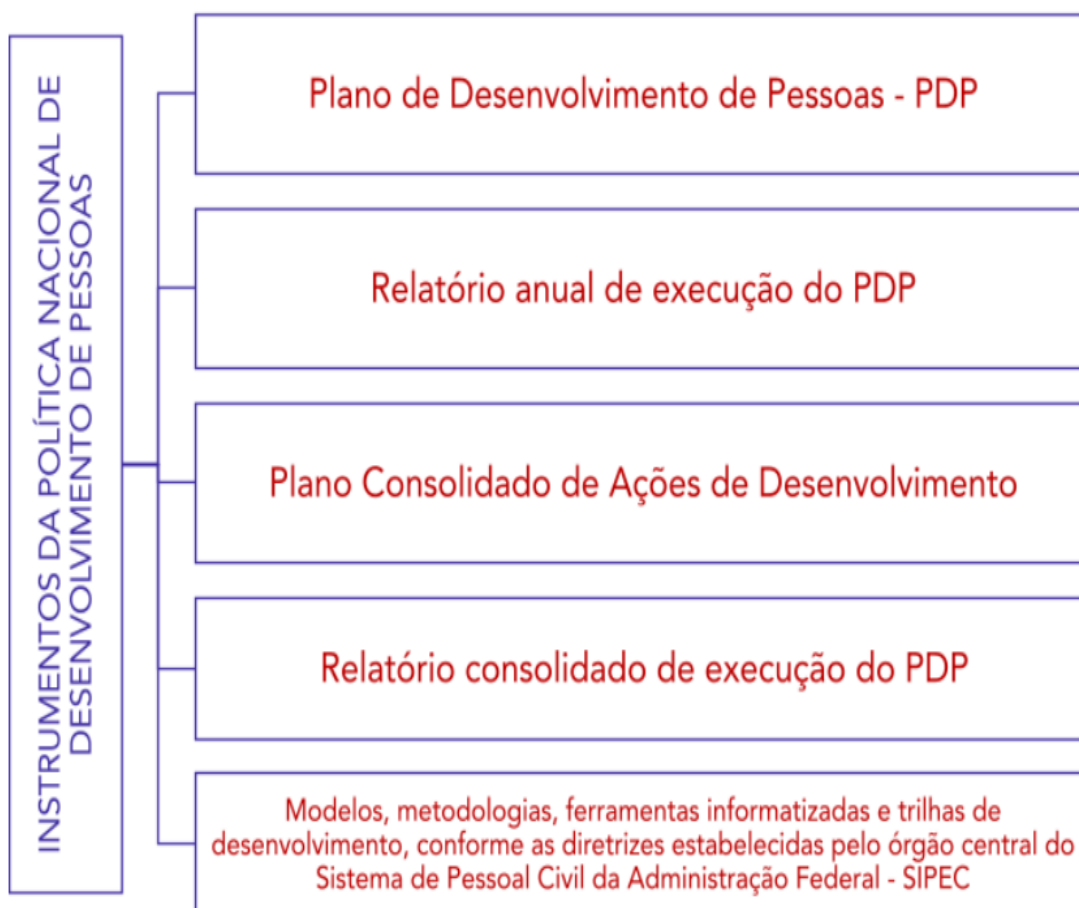
Estudo da aula 27 (toda a teoria)

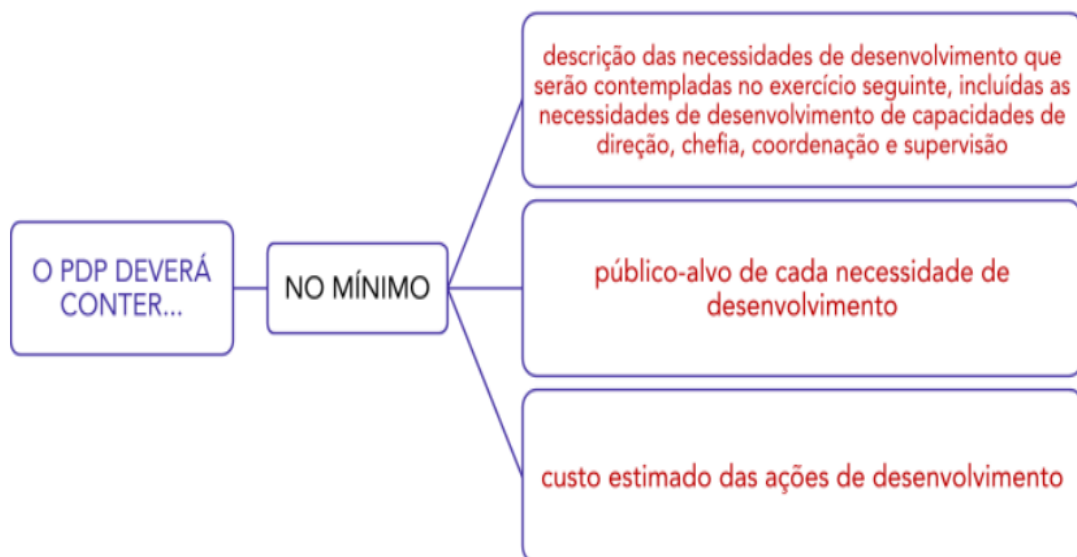
Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274931/aulas/>

Estudaremos **sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas Decreto 9.991/2019.**

De início, Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, a qual tem o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O Poder Executivo federal manterá escolas de governo com a finalidade de promover o desenvolvimento de servidores públicos.





Decore: O servidor que abandonar ou não concluir a ação de desenvolvimento ressarcirá o gasto com seu afastamento ao órgão ou à entidade.

Revise o conteúdo estudado na **Aula 27**. Sugiro que você comece fazendo a leitura dos seus grifos. Se preferir, pode fazer a Revisão pelos **Mapas Mentais/ Resumo/ Marcação dos Aprovados**.



TAREFA 343

Contabilidade Pública #11

Estudo da aula 05 (toda a teoria).

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274932/aulas/>

Caso já tenha estudado o conteúdo da aula, faça apenas uma revisão. Se ainda não tenha estudado, seguem as dicas:

Contas Contábeis

Leia (ou relembre) inicialmente os conceitos iniciais (Como Débito, Crédito e Saldo), reforçado pelo quadro abaixo:

Entrada no Ativo → Bens e Direitos → Debitar
Saída no Ativo → Bens e Direitos → Creditar
Entrada no Passivo → Obrigações → Creditar
Saída no Passivo → Obrigações → Debitar
Despesas → apropriação (reconhecimento) → Debitar
Receitas → apropriação (reconhecimento) → Creditar

Importante guardar (ou lembrar) as definições trazidas de atos, fatos (**permutativos**, **modificativos** e mistos). Essas transações “são objeto de registro contábil em estrita observância aos Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”.

Plano de Contas Aplicável ao Setor Público (PCASP)

Veja, inicialmente e com cuidado, o quadro sobre a padronização.

Passe pelos conceitos, objetivos e competência para sua instituição, atentando-se aos grifos do Professor. Veja rapidamente o quadro sobre **diretrizes** e preste bastante atenção ao quadro sobre o alcance do PCASP.

A **Estrutura do PCASP e detalhes** são as partes mais importantes dessa aula, sendo relevante estudar toda a explicação, com a consolidação do entendimento nos quadros sobre as **naturezas** da informação contábil e sobre as **classes** do PCASP, dividido em **8 classes**, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam.



Passando para a **Estrutura do Código da Conta Contábil**, conforme o MCASP, as contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com **7 níveis de desdobramento, compostos por 9 dígitos**. Os detalhes sobre os níveis estão no quadro apresentado pelo professor. Importante dar uma boa lida neles e entender o funcionamento, bem como alguns exemplos comuns de cada nível.

Leia atentamente as regras sobre o **detalhamento da Conta Contábil**. Veja o quadro explicativo e bem resumido e leia sobre o 5º nível (sub-título).

Quanto aos **atributos conceituais e legais** da conta contábil, leia com atenção a explicação de cada um e feche o entendimento com os quadros exemplificativos.

Passando para as **regras de integridade do PCASP**, grife cada uma, leia atentamente às explicações, exemplos e consolide com os quadros esquematizado.

Prosseguindo no estudo da aula, veja com calma os **lançamentos típicos do setor público** detalhados pelo professor e tente entender sua lógica, resolvendo as questões ao longo da aula.



TAREFA 344

Comunicação, Gestão Documental e Transparência #35

Estudo da aula 22 (toda a teoria). Resolução das questões do PDF.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274817/aulas/>

De início, entenda que o profissional que atua na produção gráfica terá sempre um projeto no qual ele trabalhará: no caso do jornalismo, costuma ser um jornal ou uma revista (que são os formatos mais comuns nesse segmento). Assim, o projeto gráfico de um produto jornalístico contemplará as seguintes informações:

- Manual de identidade visual da marca;
- Definição do tipo de diagramação predominante (vertical ou horizontal);
- Tipo de papel utilizado na impressão;
- Tiragem do produto final;
- Profissionais disponíveis para trabalhar no projeto e suas qualificações;
- Prazo necessário para a conclusão do projeto;
- Sistema de impressão a ser utilizado pela equipe.

Memorize que o Manual de Identidade Visual (MIV) da marca é um documento muito comum na área do design gráfico e também na publicidade: trata-se de um conjunto de definições a respeito dos padrões visuais utilizados por uma empresa, produto ou serviço para serem apresentados ao mercado e ao consumidor final.

Leve para a prova que a identidade visual de uma empresa será composta por quatro elementos básicos:

- **Logotipo:** representação visual que identifica uma marca. Pode ser composto apenas por letras e/ou um elemento gráfico que faça referência ao conceito expressado pela organização (símbolo).
- **Símbolo:** elemento visual que representa o conceito desejado pela organização. Na maioria das vezes, está diretamente relacionado à área de atuação da marca e/ou trata-se de um símbolo abstrato.
- **Cores:** escolha das cores principais e secundárias utilizadas no logotipo, no símbolo e nos demais elementos que representem a marca visualmente.
- **Tipografia:** definição das famílias tipográficas a serem utilizadas na comunicação visual da organização de forma padronizada.

É importante saber os diferentes tipos de diagramação.



Compreenda que o briefing apresentará os dados básicos do projeto comunicacional a ser desenvolvido, como o objetivo, a mensagem a ser transmitida, as etapas de produção, os prazos, os profissionais envolvidos e também a identidade visual que deve ser seguida pela equipe.

Faça uma leitura atenta sobre os princípios do design.

Veja a importância das cores nas propagandas.

Por fim, leve para a prova os tipos de papel utilizados para a impressão de uma arte gráfica:

Tipos de papel	Características principais
Offset	É o papel mais utilizado para impressão gráfica por ser versátil e estar disponível em diferentes gramaturas. Além disso, é um papel fosco, que não tem verniz ou outro revestimento e, por isso, tem uma boa absorção das cores da impressão. Exemplos de utilização: livros, revistas, cartazes e banners.
Couchê	É um papel que recebe um revestimento especial para apresentar uma superfície mais lisa do que o offset. Por isso, há uma percepção de que trata-se de um papel com qualidade superior. Ele pode ser fosco ou brilhante, dependendo do acabamento utilizado. Exemplos de utilização: capas de materiais impressos, folders, cartazes, cartões de visita, catálogos, etc.
Kraft	São papéis realizados com uma celulose especial, que não passa pelo processo de branqueamento. Assim, o papel tem uma cor parda/bege como base. Exemplos de utilização: sacolas, embalagens de produto e caixas.
Jornal	É um papel bem fino e que apresenta pouca resistência, mas é ideal para impressões diárias e/ou com um alto volume de páginas. Exemplos de utilização: jornais e boletins.

Posteriormente, resolva as questões apresentadas ao final da aula. Tente fazer o máximo de questões que conseguir. Faça na ordem normal da aula.



TAREFA 345

Finanças Públicas #26

Revisão da aula 08; e resolução de 22 questões no PDF.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274731/aulas>

Nesta aula você vai revisar o conteúdo estudado na **Aula 08**. Sugiro que você comece fazendo a leitura dos seus grifos. Se preferir, pode fazer a Revisão pelos **Mapas Mentais/ Resumo/ Marcação dos Aprovados**.

Resolva as **questões 01 a 02 da Lista de Questões da Cesgranrio do PDF Original e questão 01 a 40 (pares) da Lista da FGV do PDF Original**. Sugiro que você sempre as resolva pela lista com comentários, mas, antes de vê-lo, além de marcar o gabarito, fale para você mesmo a justificativa pela sua resposta. Isso vai ajudá-lo a se apropriar do conteúdo. Depois leia os comentários do professor e grife o que julgar importante para futuras revisões.

Lembre-se também de marcar as questões que errar, ou as que suscitaram dúvidas, para voltar nas futuras revisões. Essa marcação será muito importante para melhoria do seu desempenho futuramente.



TAREFA 346

Diversidade e Inclusão na Sociedade #21

Estudo da aula 07 (PDF Simplificado).

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/275247/aulas/>

Estude fazendo marcações e anotações sintéticas dos principais pontos estudados.

Resolva os exercícios propostos durante a aula. Leia os comentários, após resolver cada um dos exercícios.

O racismo se funda na convicção da superioridade racial.

Decore que o Racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial.

A CF pune qualquer forma de discriminação e considera o racismo crime inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão. Note que a CF adota um tratamento severo contra a discriminação racial.

Atenção aos arquivos da CF/88 a seguir:

- O art. 7º da CF proíbe a diferença salarial e critérios de admissão baseados em motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. Trata-se de uma proteção no âmbito trabalhista.
- O art. 215 §1º protege manifestações culturais afro-brasileiras.
- O art. 216 §5º considera tombados documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
- O art. 68 do ADCT reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, devendo o Estado emitir os títulos de propriedade.

O Estado-parte deve atuar em duas vertentes:

- proibir qualquer forma de discriminação racial; e
- promover políticas compensatórias que levem à igualdade substancial.

Atenção as situações nas quais a diferenciação é admitida:



- eventuais distinções, exclusões, restrições e preferências estabelecidas pelo Estado entre cidadão e não-cidadãos.
- disposições legais gerais dos Estados que disciplinem a nacionalidade, cidadania e naturalização (não podem se referir a determinada etnia em específico); e
- ações afirmativas estatais que objetivem o progresso de grupos ou indivíduos que demandam proteção.

Segundo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial devem ser considerados ilícitos penais as seguintes condutas:

- difundir ideias baseadas na superioridade ou ódio raciais, incitando a discriminação racial;
- praticar atos de violência contra qualquer etnia ou grupo de pessoas; e
- prestar assistência ou prover financeiramente atividades racistas.

O Tratado (Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Intolerância) foi aprovado pelo Congresso Nacional em fevereiro de 2021 e foi ratificado pelo Presidente da República em maio de 2021, constituindo tratado internacional com status de norma constitucional.

De acordo com a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Intolerância, discriminação racial é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, cujo propósito ou efeito seja anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados em instrumentos internacionais.

De acordo com a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Intolerância, discriminação indireta é aquela que ocorre quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico ou as coloca em desvantagem, a menos que esse dispositivo, prática ou critério tenha um objetivo ou justificativa razoável e legítima à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

De acordo com a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Intolerância, discriminação múltipla ou agravada é qualquer preferência, distinção, exclusão ou restrição baseada, de modo concomitante, em dois ou mais critérios discriminatórios.

Medidas especiais não podem ser consideradas discriminatórias e não devem durar indefinidamente, mas devem ter extensão limitada a período razoável até que a igualdade material seja alcançada.

São objetivos do Estatuto Nacional da Igualdade Racial (EIR), disciplinado pela Lei 12.228/2010:

- efetivação da igualdade de oportunidades aos negros
- defesa de direito étnicos



- combate à discriminação e intolerância racial

Atenção aos conceitos previstos no Estatuto Nacional da Igualdade Racial (EIR).

Segundo o doutrinador Silvio Luiz de Almeida na sua obra "Racismo Estrutural", teremos 3 tipos de racismo:

1) Racismo sob a concepção individualista: o racismo é compreendido como um comportamento de indivíduos ou grupos que agem por motivações psicológicas ou desvios éticos, consistindo em uma "irracionalidade" ou "patologia" comportamental. Os ataques racistas se dão, em sua maioria, de forma direta. O combate a esse tipo de racismo se daria por meio da responsabilização jurídica e condenação moral dos racistas. Crítica: visão limitada do racismo à esfera individual, visão legalista, pouco efetiva para o combate ao racismo.

2) Racismo sob a concepção institucional: o racismo constitui uma relação de poder desigual entre grupos raciais. O termo "racismo institucional" foi usado pela primeira vez no livro Black Power: Politics of Liberation in America, de Charles V. Hamilton e Kwame Ture. Sob essa concepção, o racismo opera, em regra, de forma indireta, através das instituições que são hegemônicas por grupos raciais que impõem os seus padrões, com o privilégio de determinados grupos raciais no acesso a cargos de liderança, cargos públicos, postos de poder, acesso a saúde, educação. As instituições reproduzem o racismo e carregam internamente a luta de grupos sociais.

3) Racismo sob a concepção estrutural: o racismo é parte da estrutura social. A ordem social tem o racismo como um de seus elementos estruturantes. Em virtude disso, a atuação meramente inerte ou "normal" das instituições resulta em práticas racistas, pois as instituições reproduzem a ordem social racista. Comportamentos individuais e institucionais derivam da sociedade em que o racismo é a regra e não a exceção. Dessa forma, as instituições e os indivíduos devem ser antirracistas para se combater o racismo. Exige-se uma atuação efetiva. O racismo estrutural pode ser desdobrado em processo político e processo histórico. "Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo".

O Estatuto Nacional da Igualdade Racial é considerado diretriz político-jurídica para a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, para a valorização da igualdade étnica e para o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

Desde 2012 o STF entendeu ser constitucional a adoção de cotas para afrodescendentes nas universidades. Balizas adotadas no julgamento.



Em 2014 a Lei 12.990 instituiu reserva de 20% das vagas oferecidas em concurso público para aqueles que se auto reconhecem ou se autodeclaram pretos ou pardos. Em 2017 o STF reconheceu a constitucionalidade desta lei no julgamento da ADC41.

São diretrizes que balizam a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra instituída pelo Estatuto Nacional da Igualdade Racial:

- Ampliação e fortalecimento da participação de movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas áreas de controle social do SUS.
- Produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra.
- Informação, comunicação e educação para a redução das vulnerabilidades da população negra.

Compete ao poder público adotar uma série de providências no diz respeito À educação, cultura, esporte e lazer:

- Promoção de ações o acesso da população negra ao ensino e às atividades esportivas e de lazer.
- Apoio às entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra.
- Desenvolvimento de campanhas educativas para integração da comunidade negra.
- Implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.

Como expressão dos direitos de liberdade, assegura-se ao negro o direito de expressar consciência e crenças própria, tanto em relação aos seus costumes e cultura como também em relação ao credo.

No que diz respeito ao acesso à terra pelos quilombolas, prevê o Estatuto regramento específico para preservar-lhes as propriedades de origem.

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Assimile o conceito de quilombo, conforme a doutrina:

- Passado histórico de resistência à opressão racial
- Cultura própria
- Relação especial com a terra (territorialidade)
- Auto-atribuição

De acordo com o Estatuto Nacional da Igualdade Racial o direito à moradia inclui entre os deveres do Estado:

1. o provimento habitacional;
2. garantia da infraestrutura urbana ;
3. garantia de equipamentos comunitários associados à função habitacional;
4. assistência técnica e jurídica para a construção, a reforma ou a regularização fundiária da habitação em área urbana.



São políticas voltadas para o mercado trabalho dos negros:

- financiamento para constituição e ampliação de pequenas e médias empresas e de programas de geração de renda, contemplarão o estímulo à promoção de empresários negros.
- atividades voltadas ao turismo étnico com enfoque nos locais, monumentos e cidades que retratem a cultura, os usos e os costumes da população negra.

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) busca implementar políticas públicas destinadas a superar as desigualdades existentes no país.

São objetivos do SINAPIR:

- promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas.
- formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra.
- descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais.
- articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica.
- garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas.

Decore que a Lei 7.716/1989 tipifica as condutas resultantes de:

- raça
- cor
- etnia
- religião
- procedência nacional

Saiba definir preconceito e discriminação:

O preconceito é um julgamento formado antecipadamente, caracterizado principalmente por não ter lógica ou fundamento crítico.

A discriminação consiste em uma atitude dinâmica de separação, apartação ou segregação, traduzindo a concretização do preconceito.

As condutas tipificadas na outra Lei, a Lei 7.437/1985, é aplicável apenas em relação à discriminação e ao preconceito em razão do sexo e do estado civil, mas não em relação à raça e à cor, cuja disciplina segue a lei 7.716/1989.

Os crimes previstos nestas leis (Lei 7.716/1989 e Lei 9.459/97) são imprescritíveis.



Decore que QUASE TODAS AS SANÇÕES SÃO DE RECLUSÃO (Lei 7.716/1989 e Lei 9.459/97) , apenas com variação o tempo mínimo e máximo.

A incitação ao ódio público contra quaisquer denominações religiosas e seus seguidores não está protegida pela cláusula constitucional que assegura a liberdade de expressão.

Injúria preconceituosa é injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, conforme art 140 da Lei 7.716/89.

Injúria racial é Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, conforme Art. 2º-A da Lei 7.716/89.

Atenção: O crime de injúria racial, espécie do gênero racismo, é imprescritível.

Atenção ao conceito de grupos Quilombolas: Grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.

Atenção aos quatro elementos para caracterização de uma comunidade quilombola:

- Passado histórico de resistência à opressão racial
- Cultura própria
- Relação especial com a terra (territorialidade)
- Auto-atribuição

Atenção aos pontos abaixo da objeto da ADI 3.239/DF:

- A inexistência de invasão de esfera de lei reservada à legislação federal ao "regulamentar o art. 68 dos ADCT". Entendeu o STF, ser desnecessária lei federal para reconhecimento da propriedade pelas comunidades quilombolas. Entendeu a Suprema Corte, tratar-se de norma de eficácia plena. Ao Decreto coube tão somente disciplinar a forma como será implementada a determinação contida na Constituição.

- Não há inconstitucionalidade no critério da auto atribuição para definição da comunidade quilombola. Segundo consta do julgamento da ADI a auto-atribuição constitui método autorizado e prestigiado pela antropologia contemporânea, cujo objetivo é romper com o processo sistemático de negação da própria identidade em relação aos grupos marginalizados. Com isso, há estímulo para que essas pessoas se orgulhem de quem são. Se assim se reconhecer a comunidade e agir como tal, serão considerada quilombola.

- Não há inconstitucionalidade na regra que prevê que serão levados em consideração os locais indicados pela comunidade para a identificação, medição e demarcação das terras, não havendo atribuição individualizada da propriedade (propriedade coletiva de terras).



- Para a formalização do registro, não obstante a propriedade esteja assegurada constitucionalmente, é válido o processo de desapropriação promovido pelo INCRA.

Entre as diversas políticas que são desenvolvidas para a proteção das comunidades quilombolas, destacam-se:

- Programa Brasil Quilombola
- Agenda Social Quilombola

Atenção aos objetivos do Art. 68 dos ADCT:

- Assegurar a sobrevivência e o florescimento das comunidades quilombolas.
- Promoção da igualdade substantiva e da justiça social ao conferir direitos territoriais a grupo desfavorecido.
- Medida reparatória que objetiva resgatar a dívida histórica do Brasil em relação às comunidades compostas por descendentes de escravos que, até hoje, sofrem os efeitos da dominação e violações de direitos.

Resolver as **questões 01 a 16 do tópico “Questões Comentadas”**. Após resolver cada uma das questões, leia os comentários. Marque as questões que você encontrar dificuldade para refazê-las durante a tarefa de revisão.



TAREFA 347

Ética e Integridade #26

Revisão da aula 13; e resolução de 12 questões no PDF.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274729/aulas/>

Nesta aula você vai revisar o conteúdo estudado na **Aula 13**. Sugiro que você comece fazendo a leitura dos seus grifos. Se preferir, pode fazer a Revisão pelos **Mapas Mentais/ Resumo/ Marcação dos Aprovados**.

Resolva **12 questões do PDF Original**. Sugiro que você sempre as resolva pela lista com comentários, mas, antes de vê-lo, além de marcar o gabarito, fale para você mesmo a justificativa pela sua resposta. Isso vai ajudá-lo a se apropriar do conteúdo. Depois leia os comentários do professor e grife o que julgar importante para futuras revisões.

Lembre-se também de marcar as questões que errar, ou as que suscitaram dúvidas, para voltar nas futuras revisões. Essa marcação será muito importante para melhoria do seu desempenho futuramente.



TAREFA 348

Finanças Públicas #27

Estudo da aula 09 (toda a teoria).

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274731/aulas/>

O tema dessa aula é **Atribuições econômicas do Estado. Fundamentos das finanças públicas, tributação e orçamento**, essa aula representa **3,24%** das questões de conteúdos anteriores.

De início, entenda que uma situação econômica é dita eficiente no sentido de Pareto se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra.

Importante saber que a análise de equilíbrio geral determina preços e quantidades que igualam oferta e demanda em todos os mercados.

Saiba o primeiro teorema do bem-estar assegura que todo equilíbrio de mercado, ou seja, todo equilíbrio competitivo, será eficiente no sentido de Pareto.

Quanto à definição de finanças públicas, entenda que finanças públicas é uma área da economia que estuda o pagamento e o custeio das atividades públicas (coletivas ou governamentais), assim como a administração e o desempenho destas atividades.

Muita atenção: Os principais instrumentos da política monetária são três: as taxas de redesconto, a taxa de depósitos compulsórios e as operações no mercado aberto. Entenda bem cada um deles.

Grave para a prova: O objetivo da Economia do Setor Público é compreender e corrigir falhas de mercado.

Falhas de Mercado são causa de ineficiência dos mercados.

As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas:

- ▶ bens públicos
- ▶ externalidades (positivas e negativas)
- ▶ Informações assimétricas (com destaque para o risco moral e a seleção adversa).





ATENÇÃO

Funções do governo na economia

Distributiva

Alocativa

Estabilizadora

Estude com muita atenção cada uma das funções do governo na economia.



TAREFA 349

Eixo Temático 3 - Políticas Públicas #06

Revisão da Aula 08; e Resolução de 12 exercícios do PDF.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274943/aulas/>

Nessa tarefa você deverá revisar o conteúdo teórico estudado anteriormente. A revisão deve ser realizada preferencialmente pelo **PDF Simplificado** ou pelo **resumo próprio**, caso haja. Também é indicado realizá-la pelo pdf de **Marcação dos Aprovados** ou pelos **próprios grifos já realizados na aula** quando do estudo inicial.

Após a revisão, a fim de reforçar o conteúdo, resolva **todas as questões** distribuídas ao longo da teoria do seu **PDF**, recorrendo ao comentário do professor naquelas que errar ou ficar em dúvidas.

Estude os comentários das questões que **errar** ou que **acertar sem convicção**. Se considerar necessário, **após** realizar as questões, retorne ao seu material e faça uma **revisão** dos assuntos em que encontrou **maiores dificuldades**.

Lembre-se: Revisões são **fundamentais** e **necessárias**, sobretudo nesse tema, que é muito abrangente e cheio de detalhes. Agora você irá rever todas as **suas anotações** e tudo aquilo que **grifou**.

Assim, tornar-se-á mais fácil identificar os pontos da matéria que precisam “estar no sangue” e, consequentemente, gabaritar as questões que aparecerem no concurso.

Vale ressaltar que na revisão você pode **grifar novamente algo que passou despercebido**, ou **retirar algo marcou desnecessariamente**. As revisões servem para **aprimorar o seu resumo**, de forma que sejam cada vez mais **rápidas** e **eficientes**!

Para isso procure um local silencioso e trabalhe seu poder de concentração.

Bons estudos!



TAREFA 350

Comunicação, Gestão Documental e Transparência #36

Estudo da aula 23 (toda a teoria) – resolução de questões do PDF.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274817/aulas/>

De início, entenda como se deu o nascimento e a importância do rádio.

Entenda a relação do rádio com o exercício da democracia.

Leve para a prova que uma das características do texto para o rádio é que a repetição de informações é permitida e inclusive incentivada nesse veículo.

Veja outras orientações importantes em relação à linguagem ideal para a produção de conteúdo para o rádio:

- É preciso evitar os chavões, ou seja, as frases e expressões que representam um “clichê” para o público. São termos que são utilizados com uma frequência extrema e, por isso, reduzem a relevância do texto jornalístico. Aqui estão alguns exemplos: bola da vez, cair como uma bomba, baixar a guarda, ficar à deriva, poder de fogo, pôr a casa em ordem, etc.¹¹
- Os cargos **devem sempre ser informados antes do nome da pessoa a ser referenciada pelo jornalista**. Isso ocorre porque o cargo é que justifica a relevância da participação de um convidado em uma entrevista, por exemplo.¹²
- As cifras devem ser arredondadas para o valor mais próximo, para facilitar a leitura da informação no ar. Portanto, um valor de R\$ 45.670 deve ser apresentado como “aproximadamente quarenta e cinco mil reais” pelo locutor.
- Em regra, **as siglas devem ser evitadas na comunicação** no rádio, pois entende-se que o ouvinte não tem a obrigação de conhecer todos os termos relevantes para a matéria. É claro que existem siglas que são mais conhecidas pela população e que, eventualmente, serão utilizadas na programação radiofônica. Em Brasília, por exemplo, é comum ouvirmos notícias a respeito do trânsito na EPTG, ou seja, um sigla utilizada para denominar a Estrada Parque Taguatinga, uma importante via expressa da cidade.
- Os nomes estrangeiros são evitados na programação do rádio. Por isso, ao noticiar informações divulgadas pelo U.S. Department of State devem ser creditadas como “o departamento de Estado americano”, por exemplo.

Faça uma leitura atenta dos conceitos relacionados ao radiojornalismo.



Leve para a prova que os podcasts são programas gravados em áudio e, em geral, são disponibilizados em plataformas agregadoras de conteúdo, como os serviços de streaming (Spotify, Deezer, Apple Podcasts, etc).

Faça uma leitura atenta das etapas presentes na produção de um podcast.

Faça uma leitura atenta das características do telejornalismo.

Memorize os tipos diferentes de passagens produzidas para matérias jornalísticas:

In-loco: passagens gravadas no local no qual o acontecimento abordado pela matéria ocorreu. Em alguns casos, elas podem ser gravadas em espaços relacionados ao tema da pauta, se não for viável realiza-las no local exato da notícia, por exemplo.

Participativa: a passagem participativa é mais dinâmica do que uma passagem tradicional pois o repórter realizará alguma ação relacionada ao tema da matéria. Esse tipo de passagem ocorre, por exemplo, quando o repórter fala sobre uma campanha de vacinação contra a gripe, por exemplo, e grava o texto enquanto recebe uma dose da vacina em um posto de saúde.

Passagem plano-sequência: é uma passagem na qual o repórter apresenta as informações necessárias sobre o assunto da pauta, mas se movimenta em um ambiente externo relevante para a matéria. Ele pode apresentar aspectos sobre o local para que a audiência compreenda uma sequência de fatos, por exemplo. No caso da passagem plano-sequência, o cinegrafista movimenta a câmera conforme o jornalista anda no espaço no qual acontece a gravação. Um exemplo são as reportagens realizadas após desastres ambientais, nas quais o repórter entra em casas atingidas por fortes chuvas e mostra os danos para o público.¹³

Leve para a prova que a pré-produção é responsável pelas seguintes funções:

- Desenvolvimento do roteiro;
- Pesquisa por referências visuais e de conteúdo para o projeto;
- Busca por locações externas e em estúdio para as gravações;
- Desenvolvimento do orçamento e alocação dos recursos financeiros disponíveis;
- Seleção de profissionais necessários para as fases seguintes do projeto;
- Escolha de figurinos;
- Desenvolvimento do conceito artístico da produção.

É importante saber os tipos de enquadramento da câmera.

Compreenda os tipos de microfones existentes.

Por fim, memorize as características das funções nos veículos de comunicação.



Para fixar, resolva as questões do PDF. Como estamos em reta final, resolva o máximo de questões que conseguir. Ao sentir firmeza no assunto, pule para a tarefa seguinte.



TAREFA 351

Diversidade e Inclusão na Sociedade #22

Revisão da aula 07 (PDF Simplificado).

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/275247/aulas/>

Leia novamente as marcações e anotações feitas durante o estudo do PDF. Aproveite para editá-las, caso entenda que elas estão extensas ou curtas demais.

Leia o tópico “Legislação Destacada” fazendo marcações e anotações sintéticas dos principais pontos estudados e assim crie uma ferramenta de revisão.

Faça uma revisão dinâmica e focada com a leitura do tópico “Resumo”. Aproveite para fazer a leitura dos principais pontos selecionados pelo professor.

Refaça as questões do tópico “Questões Comentadas” que você marcou, pois encontrou dificuldade em resolvê-las. Leia os comentários após resolver cada um dos exercícios.

Resolva as **16 (dezesesseis) questões do tópico “Lista de Questões”**. Caso entenda necessário, acompanhe a resolução das questões com a leitura da matéria.



TAREFA 352

Contabilidade Pública #12

Revisão e Resolução de questões da aula 05.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274932/aulas/>

Revise de forma bem objetiva todo o assunto estudado, focando nos pontos que você julga importante para memorizar a matéria.

Essa revisão pode ser feita pelo resumo da aula, pelos seus **grifos**, pelo **PDF Grifado** ou da maneira que julgar mais interessante.

Após revisar, hora de treinar!

Resolva **todas** as questões da aula (CESGRANRIO e Multibancas).

Estude as explicações das questões que errar ou tiver quaisquer dúvidas, anotando seu número para refazê-las posteriormente.

Caso julgue necessário, faça grifos na teoria da aula e na legislação correspondente, com base nos comentários do professor.



TAREFA 353

Comunicação, Gestão Documental e Transparência #37

Estudo da aula 24 (toda a teoria). Resolução de questões.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274817/aulas/>

De início, entenda que o papel-chave do profissional de relações públicas é gerenciar o relacionamento entre uma organização (seja ela pública ou privada) e os seus públicos de interesse, tanto internos quanto externos.

Os profissionais de Relações Públicas serão responsáveis por atividades diretamente relacionadas ao posicionamento de uma organização e às suas estratégias de comunicação, como o planejamento, as pesquisas e o uso de recursos audiovisuais para a transmissão das mensagens desejadas.

Leve para a prova que, para que a estratégia exista em uma organização e esteja integrada às relações públicas, Ferrari entende que essa área precisa ser reconhecida por quatro níveis em uma estrutura organizacional:

Alta administração: área que é responsável por definir estratégias que estejam de acordo com os interesses dos acionistas da organização;

Especialistas: profissionais que realizam funções especializadas na organização e que fazem as negociações com os mercados;

Nível funcional ou de apoio: é formado por profissionais como os gerentes de produto e outras áreas da organização que dão suporte às atividades desenvolvidas;

Nível institucional: envolve os profissionais de comunicação, que atuarão para estabelecer um posicionamento organizacional em relação aos públicos interno e externo.

Faça uma leitura atenta das funções e atividades privativas dos profissionais de relações públicas, de acordo com o CONFERP.

Compreenda a diferença entre relações públicas e marketing:

Relações públicas: ênfase nos aspectos institucionais e corporativos.

Marketing: ênfase no mercado, nos produtos, nos serviços e na experiência do consumidor.



Marketing	Relações Públicas
Baseia-se em modelos de competitividade para atingir objetivos econômicos;	Identificam os públicos, suas reações, percepções e pensam em estratégias comunicacionais de relacionamentos de acordo com as demandas sociais e o ambiente organizacional;
Objetiva persuadir o público-alvo e satisfazer os clientes/consumidores;	Supervisionam e coordenam programas de comunicação com públicos – grupos de pessoas que se auto-organizam quando uma organização os afeta ou vice-versa;
Identifica e cria mercados para os produtos e serviços das organizações;	Preveem e gerenciam conflitos e crises que porventura passam as organizações e podem despontar dentro de muitas categorias: empregados, consumidores, governos, sindicatos, grupos de pressão etc.
Coordena e supervisiona os programas de comunicação mercadológica ou de marketing para criar e manter os produtos e serviço.	

Faça uma leitura atenta das funções das relações públicas.

Leve para a prova as categorizações de públicos:

Público interno vinculado – É presente no espaço físico da organização e mantém um vínculo empregatício. Exemplos: administração superior, funcionários fixos e funcionários temporários.

Público interno desvinculado – É presente no espaço físico da organização e não mantém um vínculo empregatício, mas tem responsabilidades que precisam ser cumpridas. Exemplos: funcionários terceirizados que trabalham na estrutura da organização.

Público misto vinculado – Não está no espaço físico da organização e tem um vínculo jurídico ou empregatício com a organização. Exemplos: vendedores externos não autônomos, acionistas, funcionários que trabalham de casa de forma não autônoma, funcionários do transporte com vínculo empregatício e funcionários que também prestam serviços para outras organizações.

Público misto desvinculado - Não está no espaço físico da organização e não tem um vínculo empregatício com a organização, mas tem uma relação que envolve o cumprimento de direitos e de deveres. Exemplos: fornecedores, distribuidores, revendedores, vendedores externos autônomos, funcionários que trabalham em casa de forma autônoma, famílias dos funcionários e funcionários do transporte terceirizados.

Público externo - Não está no espaço físico da organização e não tem vínculos formais com ela, mas a organização tem responsabilidades com ele e deve prestar atenção nas suas necessidades e opiniões para um posicionamento estratégico eficiente. Exemplos: comunidade, consumidores, escolas, imprensa, governo, concorrentes, bancos, sindicatos e terceiro setor.



É importante saber de que forma se dá a organização de um evento.

Por fim, leve para a prova a seguinte tabela, acerca das formas de tratamento:

Autoridade	Forma de tratamento por extenso	Vocativo
Presidente da República, presidente do Judiciário e presidente do Legislativo	Vossa Excelência	Excelentíssimo Senhor + Cargo
Chefe da Casa Civil e da Casa Miliar, cônsules, deputados, embaixadores, senadores, governadores, ministros de Estado e prefeitos	Vossa Excelência	Senhor + Cargo
Demais autoridades civis não contempladas na linha acima	Vossa Senhoria	Senhor + Cargo
Juizes de Direito	Meritíssimo Juiz ou Vossa Excelência	Meritíssimo Senhor Juiz ou Excelentíssimo Senhor Juiz
Oficiais gerais	Vossa Excelência	Excelentíssimo Senhor + Cargo
Outras patentes militares	Vossa Senhoria	Senhor + patente
Arcebispos e bispos	Vossa Excelência Reverendíssima	Excelentíssimo Reverendíssimo
Cardeais	Vossa Eminência ou Vossa Eminência Reverendíssima	Eminentíssimo Reverendíssimo ou Eminentíssimo Senhor Cardeal
Cônegos	Vossa Reverendíssima	Reverendíssimo Cônego
Monsenhor, cônego, padre ou pastor	Vossa Reverendíssima	Reverendíssimo Senhor

Por fim, resolva todas as questões do PDF.



TAREFA 354

Ética e Integridade #27

Estudo do Bizu Estratégico de Ética e Integridade

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274729/aulas>

Nesta tarefa você deverá realizar uma revisão geral dos assuntos estudados no curso através do Bizu Estratégico.

Faça uma leitura atenta, grife o que achar necessário e faça anotações para complementá-lo. O objetivo do material é facilitar uma revisão rápida e de alta qualidade por meio de tópicos que possuem as maiores chances de incidência na prova.

Resolva as questões dos cadernos disponibilizados por nossa equipe, depois de análise minuciosa dos temas dispostos em seu edital.

Até a data da prova, revise bastante a teoria através dos seus grifos, volte no material teórico quantas vezes julgar necessário e resolva muitas questões.



TAREFA 355

Finanças Públicas #28

Revisão da aula 09; e resolução de 30 questões no PDF.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274731/aulas/>

Nesta aula você vai revisar o conteúdo estudado na **Aula 09**. Sugiro que você comece fazendo a leitura dos seus grifos. Se preferir, pode fazer a Revisão pelos **Mapas Mentais/ Resumo/ Marcação dos Aprovados**.

Resolva as **questões 01 a 60 (pares) do PDF Original**. Sugiro que você sempre as resolva pela lista com comentários, mas, antes de vê-lo, além de marcar o gabarito, fale para você mesmo a justificativa pela sua resposta. Isso vai ajudá-lo a se apropriar do conteúdo. Depois leia os comentários do professor e grife o que julgar importante para futuras revisões.

Lembre-se também de marcar as questões que errar, ou as que suscitaram dúvidas, para voltar nas futuras revisões. Essa marcação será muito importante para melhoria do seu desempenho futuramente.



TAREFA 356

Comunicação, Gestão Documental e Transparência

Estudo da aula 25. Resolução de todas as questões do PDF.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/274817/aulas/>

De início, compreenda o conceito de Comunicação Pública:

A Comunicação Pública ocorre no espaço formado [...] pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão individualmente) em temas de interesse público. Ela trata de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva. (DUARTE)³

Assim, vemos que a comunicação pública é um conceito que abrange atividades de forma bem ampla e que pode ser executada por diversos atores (como órgãos públicos e empresas privadas). Além disso, percebe-se a forte relação entre a comunicação pública e o exercício da democracia, pois ela permite que o cidadão esteja mais engajado com a vida cívica e, também, com o exercício dos seus direitos (muitas vezes nem sequer conhecidos por determinadas parcelas da população).

Compreenda os seguintes conceitos:

A **Comunicação Pública** visa a atender aos objetivos da sociedade e do cidadão, a partir da disseminação de informações de interesse coletivo que estimulem o debate social, o acesso a direitos e a fiscalização das ações do Poder Público.

A **Comunicação Governamental**, por sua vez, objetiva incentivar a relação entre o governo e a sociedade, tornando-o mais presente na vida da população. Assim, pode ser utilizada para prestação de contas da gestão ou para influenciar a opinião pública a respeito de determinado tema, por exemplo. Portanto, o foco aqui são os interesses do governo, e não, necessariamente, os do cidadão.

A **Comunicação Institucional** é aquela realizada por determinada instituição pública ou privada a fim de reforçar os resultados entregues pela organização à sociedade. Perceba que, nesse caso, a prioridade é a imagem da instituição, reforçando sua visão, seus serviços e suas principais atividades.

A **Comunicação Política**, por sua vez, está diretamente relacionada à veiculação de mensagens que tenham como objetivo promover as ações ou ideias de determinado partido ou agente político, seja em período eleitoral ou não, para que haja uma legitimação ou melhoria de imagem em relação à sociedade.

Não podem ser consideradas formas de Comunicação Pública, para fins de prova, ao considerarmos o conceito de forma estrita:



- propagandas televisivas em período eleitoral visando a promover ações de um governo ou de um agente político;
- divulgação de resultados da gestão de determinado prefeito de um município, visando à reeleição;
- publicação de conteúdos em redes sociais, por parte de agentes públicos, com o objetivo de reforçar determinado viés ideológico ou religioso.

Leve para a prova as principais características da Comunicação Pública.

Leve também para a prova os principais desafios enfrentados pela Comunicação Pública.

Memorize e compreenda as 10 funções que podem ser exercidas pela comunicação, quando executada pela Administração Pública.

Por fim, é importante conhecer o conceito de Governo Eletrônico:

Governo eletrônico pode ser definido como o uso de TICs para desenvolver serviços governamentais de forma mais efetiva e eficiente para cidadãos e empresas. É a aplicação das TICs nas operações do governo, para atingir o interesse público a partir de meios digitais. Com a inovação e o governo eletrônico, organizações públicas em todo o mundo podem ser mais eficientes, disponibilizar serviços melhores, responder às demandas dos cidadãos em relação à transparência e à responsabilidade, ser mais inclusivas e restaurar a confiança dos cidadãos nos seus governos. (ONU, 2019)¹ Tradução realizada pela professora.

Por fim, e como forma de exercício e revisão, resolva todas as questões do PDF.



TAREFA 357

Redação #06

Treino da aula 05.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/275903/aulas/>

Vamos utilizar a folha padrão de resposta apresentada na aula 03.

Para “afiar” seus conhecimentos, de forma que você consiga embasar, utilizando boas ideias, uma proposta de tema, leia os temas propostos na aula:

Tema 5 – Índios

Tema 6 – Violência Contra a Mulher

Tema 7 – Princípios Constitucionais

Tema 8 – Lei 8.112/1990 (PAD)

Tema 9 - AFO

O professor faz explicações bastante relevantes sobre alguns possíveis temas.

Agora é hora de treinar! Escolha um dos temas propostos na aula e faça uma redação.

Em seguida compare o seu texto com a proposta de solução. Tende identificar possíveis erros na sua abordagem.



ESCLARECENDO!



1. As Trilhas Estratégicas são meras **sugestões** de estudo com base em determinado objetivo (área de concurso, concurso específico ou perfil). O aluno deve ficar livre para que possa segui-la à risca ou fazer adaptações para o seu próprio estilo e rotina de estudo.
2. Os **professores** do Estratégia, ao elaborarem os seus materiais, possuem o objetivo de ensinar todo o conteúdo exigido pelo edital programático do concurso, além de estabelecer uma sequência ideal de estudo do ponto de vista pedagógico e considerando que o aluno terá tempo de estudar todo o seu material.
3. Já os **coaches**, ao elaborarem as Trilhas Estratégicas, possuem o objetivo de fazer o aluno estudar o conteúdo de acordo com um determinado custo x benefício, porém muitas vezes fugindo da recomendação didática de estudo proposta pelos professores para que os alunos possam fazer um estudo direcionado.
4. Como dizemos sempre: *o ideal é estudar todos os assuntos, revisar tudo, fazer muitos exercícios de todos os assuntos e chegar na prova bom em todos os assuntos também.* Entretanto, são poucos aqueles alunos que dispõem de tempo para isso!
5. Nosso objetivo aqui é sugerir uma sequência de estudos baseada na **experiência de coaches** aprovados em diversos concursos para que possamos dar orientações e maiores chances de aprovação aos alunos.

Espero que tenha gostado!

Bons estudos!

Aguardo você no **Telegram**.

" Descobri que, quanto mais eu trabalho, mais sorte eu pareço ter." (Michael John Bobak)

Lucailo Elmiro



<https://t.me/profesorluailo>



[@profluailoelmiro](https://www.instagram.com/profluailoelmiro)



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.